

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO Nº DE 2013 (Do Sr. Pedro Eugênio)

Requeiro a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 1187/2007, com a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Cachaça, órgão consultivo do MAPA; Instituto Brasileiro da Cachaça – IBRAC; Associação Brasileira de Bebidas – ABRABE; Associação Produtora de Cachaça do Rio Grande do Sul – APRODECANA; Associação dos Produtores de Cachaça do Rio de Janeiro; Associação de Produtores de Pernambuco – APAR; Sindicato de Bebidas do Estado do Ceará e Sindicato de Bebidas de Minas Gerais.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 1187/2007 com a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Cachaça, órgão consultivo do MAPA; Instituto Brasileiro da Cachaça – IBRAC; Associação Brasileira de Bebidas – ABRABE; Associação Produtora de Cachaça do Rio Grande do Sul – APRODECANA; Associação dos Produtores de Cachaça do Rio de Janeiro; Associação de Produtores de Pernambuco – APAR; Sindicato de Bebidas do Estado do Ceará e Sindicato de Bebidas de Minas Gerais.

JUSTIFICATIVA

É necessário destacar que uma eventual alteração nos padrões vigentes de identidade e qualidade da Cachaça requer um amplo debate com a cadeia produtiva para que não se comprometa o conjunto de normas oficiais, amplamente discutidas e que já são reconhecidas nos principais fóruns internacionais, como Organização Mundial do Comércio (OMC) e Organização Mundial de Aduanas (OMA), tampouco afete o recente reconhecimento internacional da cachaça brasileira ou impacte negativamente os apreciadores da bebida.

As premissas que norteiam o setor produtor de Cachaça, resultantes das intensas atividades desenvolvidas no contexto da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Cachaça, órgão consultivo do Ministério da Agricultura, conta com ampla participação de associações representativas do setor da Cachaça, advindas de todas as regiões do Brasil, que precisam participar das discussões de propostas que pretendam modificações profundas no setor.

Sala da Comissão, de 2013.

**Deputado Pedro Eugênio
PT-PE**